

A insustentabilidade do Acordo Ortográfico

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO) tem problemas técnicos diversos, assenta em pressupostos sem qualquer validade (expansão e unificação da língua e simplificação da ortografia), propõe medidas disortográficas (consagração de grafias múltiplas e supressão injustificada de grafemas), contém falsidades (existência de discussão pública da reforma) e falácias (baixo impacto na língua). Todos os pareceres que demonstraram as enormes deficiências desta reforma desconchavada foram desconsiderados e ignorados.

Quando o Primeiro-Ministro é confrontado com críticas sobre o TGV, a construção dum novo aeroporto ou duma nova ponte sobre o Tejo, refere sempre a existência de estudos de custo-benefício idóneos, remetendo para a sua consulta. Será que a língua não merece tratamento pelo menos equivalente ao dum grande empreendimento?

Onde estão: os estudos de custo-benefício da aplicação do AO? as actas de encontros científicos em que o AO tenha sido debatido e analisado por especialistas em todas as suas vertentes? os estudos científicos que precederam a aprovação do AO? as previsões de longo prazo do impacto do AO no sistema escolar, nos vocabulários técnico-científicos, no sector livreiro, nos sistemas de catalogação e processamento de informação? o plano para a aplicação faseada? os programas de formação de professores? os mecanismos de avaliação e supervisão da aplicação da reforma nos vários níveis de ensino? as directrizes para a elaboração de instrumentos normativos e de referência?

A elaboração, aprovação e aplicação do AO é um escândalo nacional. Um verdadeiro “case study” sobre falta de transparência e democraticidade com que dossiers da Cultura, da Educação e da Ciência são sistematicamente tratados em Portugal.

ANTÓNIO EMILIANO | LINGUISTA | CONSELHO EDITORIAL, GUIMARÃES EDITORES